

A AGÊNCIA DO SUJEITO NOS MUROS DO GRAFITE: marcas da experiência nas práticas discursiva e social do(a)s grafiteiro(a)s.

Ms. Angelina Maria Luna Tavares Duarte ¹

I. INTRODUÇÃO

No presente artigo, objetivamos promover uma discussão sobre as experiências socioculturais do grafite de muro – materializadas no discurso veiculado pelos sujeitos que produzem essa escrita urbana – a partir das contribuições teórico-metodológicas para a análise da realidade histórico-social, propostas pelo historiador inglês Edward Palmer Thompson. Nessas reflexões, enfocaremos, prioritariamente, o conceito de experiência, que consideramos fundamental para a compreensão dessa prática juvenil.

Para tanto, lançaremos mão de alguns exemplos de excertos lingüísticos do grafite, constitutivos do corpus analítico de nossa pesquisa de mestrado, subsidiada pela Teoria Social do Discurso (FAIRCLOUGH, 2001), que versou sobre a construção discursiva do grafite de muro em Campina Grande – PB.

Num primeiro momento, faremos uma breve contextualização de E. P. Thompson, quando enfatizaremos seu antagonismo ao estruturalismo althusseriano, ao mesmo tempo em que lançaremos mão da contribuição de Gramsci para esse debate. Em seguida, abordaremos em que termos se apresenta a perspectiva teórico-metodológica de Thompson, quando, finalmente, após identificarmos e situarmos os grupos escolhidos como objeto analítico, estabeleceremos um diálogo entre as contribuições trazidas por esse historiador e as manifestações sócio-discursivas do grafite de muro.

II. E. P. THOMPSON, SEU CONTEXTO E SUA CRÍTICA AO PARADIGMA ESTRUTURALISTA

Edward Palmer Thompson está inscrito num contexto de crescente afirmação e hegemonia do estruturalismo, na França, sob a influência do paradigma estrutural funcionalista de Parsons e Smelser, segundo o qual o sujeito é uma estrutura única regulada pelo funcionamento da máquina social. Essa perspectiva sistêmica defende uma visão totalizadora da sociedade, considerando-a como constituída por estruturas interdependentes – subsistemas – que desempenham papéis em um sistema maior, a fim de garantir o funcionamento harmônico do todo. “Nenhum desses subsistemas é auto-suficiente. Todos

¹ Doutoranda em Sociologia, no PPGS – UFPB. Linha de pesquisa: Sociologia da Cultura

dependem da provisão de ‘fatores’ e ‘produtos’ por parte de outros subsistemas a fim de se capacitarem a exercer essas funções” (MÜNCH, 1999, p. 210).

Todas as questões desse período, portanto, giravam em torno do paradigma reprodutivista e autolegitimado do sistema social. Tendo vivenciado tal contexto, como também a ruptura com ele, Thompson se coloca como um sujeito desse processo, produzindo, propondo e, ao mesmo tempo, desconstruindo o primado dessa episteme. Refutando a tradição filosófica, sociológica e historiográfica que supervalorizou a estrutura em detrimento do ator, tece toda uma crítica a esse contexto francês conservantista, profundamente marcado por uma abstração teórica, voltada para as categorias sociológicas, e abre espaço para a agência do sujeito, construída no processo sócio-histórico.

Determinante para essa postura do historiador foram a influência da sua militância política junto ao Partido Comunista Inglês e aos trabalhadores, como também suas referências teórico-valorativas, cujas bases estão fincadas na linhagem de historiadores marxistas fundadores da história social britânica, tradição essa que se constituiu num pólo de renovação frente ao paradigma estruturalista.

Mantendo-se no marco marxista, leva a sua crítica para além do que estava estabelecido até então, inserindo nessa abordagem a noção de sujeito, de autonomia, fazendo emergir os elementos de cultura e a dimensão da subjetividade que não estavam presentes nessa tradição. Assim, desestabiliza marcos conceituais, noções e estruturas instituídas, criticando o estruturalismo que, a partir do pensamento de Louis Althusser, atingiu também o pensamento marxista.

Thompson contextualiza historicamente, no âmbito do marxismo, o surgimento desse paradigma e, semelhantemente a Gramsci, se contrapõe à massificação e à conseqüente vulgarização do pensamento de Marx, oriundas das traduções feitas a partir da constituição desse sofisticado sistema teórico em movimento político, o que resultou nos “marxismos” nuançados por interesses e compreensões múltiplas. Afirma ainda que “na década de 50, os estruturalismos [...] fluíam com a corrente e se reproduziam por toda parte como ideologia” (THOMPSON, 1978, p. 86). Incomoda, pois, a esse historiador o uso do próprio marxismo como uma ideologia no sentido marxista² para encobrir a revelação de certos aspectos da vida, o que denota uma simplificação da simplificação, uma vulgarização da vulgarização.

² Para Marx, ideologia é “o sistema ordenado de idéias ou representações e das normas e regras como algo separado e independente das condições materiais, visto que seus produtores – os teóricos, os ideólogos, os intelectuais – não estão diretamente vinculados à produção material das condições de existência. E, sem perceber, exprimem essa desvinculação através de suas idéias.” (CHAUÍ, 2001, p.20),

Outros marxistas de tradições diferentes também se contrapuseram a esses reducionismos a que foi submetida a teoria marxista. Impressas no pensamento gramsciano, por exemplo, encontra-se a refutação ao materialismo vulgar, que não deixa espaço para o sujeito e para a iniciativa política, e que consiste “em reduzir uma concepção de mundo a um formulário mecânico” [...]. Encontra-se também a afirmação de que “a experiência sobre a qual se baseia a filosofia da práxis [...] é a própria história em sua infinita variedade e multiplicidade...” (GRAMSCI, 1991, p. 152). Nessa perspectiva, nas relações vivenciadas pelos sujeitos, no processo social interativo, podem surgir conflitos e contradições que apontem para “uma crise na hegemonia dominante” (HALL; LUMLEY; MACLENNAN, 1983, p. 67).

Para Gramsci, hegemonia é a capacidade de ser dirigente. Não apenas de direção política, mas também como direção moral, cultural, ideológica (GRUPPI, 1978, p.11). Através da luta política, a sociedade civil tem a possibilidade de transformar a sociedade para construir uma nova hegemonia, uma capacidade de direção, uma nova mentalidade, uma nova cultura, por meio do consenso. Isso se dá em virtude de as práticas sociais terem um caráter inerentemente aberto, o que instabiliza o equilíbrio da hegemonia.

Ainda nessa concepção, o termo hegemonia é utilizado para referir-se às estratégias das classes subalternas, cuja cultura não é autônoma nem criticamente unificada. Sob esse ângulo, Gramsci privilegia a formação social concreta e postula formular para ela um planejamento estratégico-tático que possibilite a ação política e social da classe minoritária e faculte a conquista do poder. (GRUPPI, 1978, p. 68-69)

Enquanto, por exemplo, na perspectiva althusseriana, o sujeito é neutralizado, frente à determinação da estrutura, na perspectiva de Gramsci, o pensamento e a ação do sujeito são privilegiados. Na primeira, percebemos a marginalização dos conflitos sociopolíticos, das contradições, dos tensionamentos e das lutas reais dentro da sociedade, predominando, portanto, uma visão de dominação imposta unilateralmente. Conseqüentemente, na teoria mecânica de Althusser, some o sujeito, some a experiência, some a história. Por isso, apesar de partir do pensamento de Marx, sua tese, exatamente por ser mecanicista, é antagônica à concepção marxista. E é nesse ponto que E. P. Thompson constata que, pelas mãos de Althusser, o marxismo vulgar é elaborado como uma teoria – o estruturalismo – que congrega em seu bojo outros “ismos”: determinismo, reducionismo, mecanicismo.

Apresentando sua teoria como sendo uma leitura de Marx, Althusser defende, por exemplo, que a ideologia é um sistema de representação, uma relação imaginária vivida pelos homens com as condições reais da existência, e só se concretiza por existir sempre num

aparelho ideológico concreto em cujo interior se determinam, aos homens, práticas e rituais moldados pela ideologia. Essa reprodução se dá devido à imposição de conceitos e valores da classe dominante à dominada, via Aparelhos Ideológicos do Estado – AIEs (sistema político, escolas, igrejas, canais de informação) e Aparelhos Repressivos do Estado – AREs (governo, exército, polícia, tribunais) que resulta sempre na estabilização e na continuidade da exploração de classes, por meio da ideologia e da repressão. A partir dessa concepção monolítica, unilateral defendida por Althusser, não há espaço para a ambigüidade ou para a transformação, uma vez que, ao interpelar os indivíduos em sujeitos, os AIEs os subordinam à ideologia da classe dominante, assujeitando-os.

Esse assujeitamento ideológico torna aparente a ação do sujeito, que pensa estar trabalhando por si mesmo, mas que, na verdade está trabalhando por uma ideologia e numa ideologia, reproduzindo-a, tendo suas ações ou práticas governadas pelos aparelhos ideológicos que são o local em que a função prático-social da ideologia dominante é assegurada. Contrapondo-se a essa perspectiva, Thompson constrói seu argumento, ressaltando as conseqüências dessa teoria para a construção de uma interpretação sobre a vida, sobre a política, sobre a história, sobre os acontecimentos. Em sua argumentação, resgata a historicidade e a subjetividade que permeiam as práticas, apresentando sua percepção crítica, assumidamente nos marcos do marxismo.

O registro dessa contraposição se realiza na obra *A Miséria da Teoria ou um planetário de erros* (THOMPSON, 1981) na qual esse autor tece uma crítica teórica e política a Althusser, afirmando que o estruturalismo althusseriano, baseado em práticas repressivas, tolhe a liberdade da história, desconsiderando a agência humana, ou seja, a experiência.

Convergindo para a perspectiva thompsoniana, temos a crítica de Deleuze (1974, p. 300):

o estruturalismo não é um pensamento que suprime o sujeito, mas um pensamento que o esmigalha e o distribui sistematicamente, que contesta a identidade do sujeito, que o dissipa e o faz passar de um lugar a outro, sujeito sempre nômade, fato de individuações, mas impessoais, ou de singularidades, mas pré-individuais.

Fairclough (2001, p. 121), por sua vez, conflui para a mesma direção, afirmando que:

A teoria althusseriana do sujeito exagera a constituição ideológica dos sujeitos e, conseqüentemente, subestima a capacidade de os sujeitos agirem individual ou coletivamente como agentes, até mesmo no compromisso com a crítica e na oposição às práticas ideológicas. [...] os sujeitos são posicionados ideologicamente, mas também são capazes de agir criativamente no sentido de realizar suas próprias conexões entre as

diversas práticas e ideologias a que estão expostos e de reestruturar as práticas e as estruturas posicionadoras.

Do ponto de vista do estruturalismo, portanto, não podem ser contemplados os discursos e as práticas sociais que surgem como reação à hegemonia conservadora e que trazem em si, implícitos, os confrontos vivenciados pelos sujeitos na sociedade. Discursos e práticas que questionam, contestam e, muitas vezes, subvertem o conservantismo, sinalizando para a subjetividade e para a alteridade, e apontando para a concepção que enfatiza a relação dialética entre estrutura e agência humana (experiência, nos termos de Thompson), através da qual esses fenômenos devem ser analisados.

E é exatamente a experiência – “o termo ausente” – que consiste na contribuição especial de E. P. Thompson para a re-elaboração das idéias da tradição incorporada por esse autor, conforme veremos no item subsequente.

III. A EXPERIÊNCIA DEVOLVENDO O SUJEITO AO PROCESSO

E. P. Thompson reconhece no marxismo uma possibilidade de pensamento crítico e de prática revolucionária. Na sua interpretação da noção de dialética em Marx, esse historiador parte do pressuposto de que todo pensar implica em agir e vice-versa, reconhecendo a relação dialética entre pensamento e ação, contrapondo-se às percepções estanques dessa relação, como, por exemplo, a althusseriana, que separa as duas e estabelece o primado de uma sobre a outra, ou seja, da teoria sobre a prática, de um teorismo que se opõe ao empirismo.

Assim sendo, tal historiador se referencia numa percepção empírica do mundo e numa valorização dessa percepção, o que resulta numa interpretação intrinsecamente conectada com a dinâmica da vida, diferentemente do espaço instituído da Academia, a partir do qual se posicionou Althusser. Para Thompson, é fundamental trazer a realidade, o mais vivamente possível, para impulsionar o pensamento e conseqüentemente os sistemas teóricos que dele se derivam, no sentido de instaurar uma relação mais fecunda de diálogo entre o pensar e o agir.

Uma vez que, com o estruturalismo, passou a prevalecer, notadamente, uma referência que subtrai a emergência do sujeito e sua criatividade, e que enfatiza a ação das determinações estruturais dos mega-pactos, dos jogos das grandes potências, dos estados nacionais como sistemas sofisticadíssimos, que objetivaram conter as ações humanas, emergiram, na década de 60, os movimentos contraculturais, que contestaram a autoridade, dando margem a uma percepção crítica desse momento.

É esse contexto em ebulição, do qual E. P. Thompson foi partícipe, que influencia a perspectiva teórico-metodológica apresentada por ele, para abordagem histórica desses

acontecimentos, na qual podemos detectar a nítida compreensão do homem como agente de mudanças históricas, sociais e culturais. Daí também surge a categoria experiência, a partir da qual Thompson caracteriza a história como resultante da prática humana, devolvendo, dessa forma, o sujeito ao processo.

Nas palavras desse autor:

O que descobrimos (em minha opinião) está num termo que falta: a “experiência humana”. [...]. Os homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro deste termo – não como sujeitos autônomos, “indivíduos livres”, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida “tratam” dessa experiência em sua consciência e sua cultura [...] das mais complexas maneiras (sim, “relativamente autônomas”) e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada. (THOMPSON, 1978, p.182).

Essa categoria, indispensável para a compreensão de como se desenrola a processualidade histórica, permite-nos tratá-la, contemplando a consciência, os sentimentos, os valores, os espaços de luta e os sistemas simbólicos que subjazem à experiência humana. Na obra *A formação da classe operária inglesa*, por exemplo, fica clara a concepção que Thompson tem da história, quando, envolvido emocionalmente com o contexto sociocultural inglês daquela época, esse autor produz uma narrativa, enfatizando o agenciamento dos sujeitos sociais na construção da realidade histórica.

De acordo com esse autor:

A “experiência” (descobrimos) foi, em última instância, gerada na “vida material”, foi estruturada em termos de classe, e, conseqüentemente, o “ser social” determinou a “consciência social”. La Structure ainda domina a experiência, mas dessa perspectiva sua influência determinada é pequena. As maneiras pelas quais qualquer geração viva, em qualquer “agora”, “manipula” a experiência desafiam a previsão e fogem a qualquer definição estreita de determinação. (THOMPSON, 1978, p.189)

Nessa assertiva de Thompson, reitera-se sua filiação teórica ao marxismo, no que diz respeito à determinação da “consciência social” pelo “ser social” (MARX, 1998, p. 18), mas, ao mesmo tempo, são acrescentados dados novos, quais sejam, a imprevisibilidade e a indefinição da experiência do ator, que faz com que a estrutura ganhe vida, frente às determinações estruturais.

Para Thompson, a experiência não é vivenciada apenas no plano das idéias, como sugeriu Althusser, mas também no plano dos sentimentos que dialogam com a cultura, a arte e as convicções religiosas, ou seja, na “consciência afetiva e moral”, o que implica na desconstrução da autonomia da moral, a partir da constatação de que os valores se vinculam

ao processo histórico, e de que “toda contradição é um conflito de valor, tanto quanto um conflito de interesse” (THOMPSON, 1978, p. 189). Tais valores, por sua vez, são vivenciados na família, no trabalho e na comunidade imediata, espaços esses nos quais os sujeitos realizam tal aprendizado.

Dessa forma, portanto, instabilizando a determinação estruturalista, a experiência devolve o sujeito ao processo, mostrando que sempre se realiza um diálogo entre determinação e escolha, entre o instituído e o instituinte. “Os fins são escolhidos pela nossa cultura, que nos proporciona, ao mesmo tempo, nosso próprio meio de escolher e de influir nessa escolha” (THOMPSON, 1978, p. 199).

Assim, os valores introjetados, a partir da interação dos sujeitos com o processo sócio-histórico, revelam múltiplas experiências culturais, como é o caso dos grupos de grafiteiro(a)s da cidade de Campina Grande, cuja prática discursiva e social nos serviram de objeto analítico neste artigo. No item seguinte, a fim de melhor situarmos as práticas culturais do grafite de muro, nesta cidade, faremos uma breve apresentação dos sujeitos que, vinculados a grupos de cultura de rua, produzem essa escrita urbana

IV. AS EXPERIÊNCIAS DOS GRUPOS DE GRAFITEIRO(A)S NA CIDADE DE CAMPINA GRANDE

As práticas sócio-discursivas do grafite são nitidamente caracterizadas pela forte presença de laços comunitários. Os grafiteiro(a)s insistem em ressaltar o valor do grupo na luta pela legitimação dos valores e conceitos que eles defendem. Em muitos momentos, conseguimos perceber, nessas relações societais, uma semelhança com a prática religiosa, em razão do respeito, de cada membro, aos princípios de coerência e sintonia de ideais estabelecidos pelo grupo. Até mesmo expressões, como, por exemplo, **grafite salva/ hip hop salva**, produzidas a partir desse contexto, reforçam o sentido da ligação quase “mística” que se instaura no convívio grupal.

Assim sendo, a força da comunidade se revela como uma questão estruturante nas mais diversas esferas de constituição do grupo de grafiteiro(a)s: na formação, na estrutura organizacional, no funcionamento desses grupos; nas regras estabelecidas para admissão de seus membros; nas relações que se estabelecem entre eles; na presença da clandestinidade como parte desse processo, assemelhando-se a sociedades secretas, a religiões fechadas que trabalham com o segredo.

Em razão desses sentimentos, valores e conceitos, apreendidos na relação comunitária, constrói-se a experiência desses sujeitos, experiência essa que migra da esfera social para a

discursiva. Exemplo disso é o uso recorrente de palavras, como: **organização, grupo, união, galera, máfia, facção, torcida, primeiro comando, crew**, todas remetendo para a noção de organização. O termo *crew*, comumente utilizado pelos grafiteiros para designar o grupo a que eles se vinculam, resume as demais palavras dessa área semântica.

Esse sentimento de pertença se revela também nos nomes dos grupos de grafiteiros campinenses: “**Organização** dos Pichadores do Zepa”, “**União** Zona Sul”, “**Grupo** de Pichadores do Zepa”, “**Torcida** Jovem do Galo”, “**Primeiro Comando** do Catolé”, “**Máfia** Zona Leste”.

Nessa esfera comunitária, os sujeitos envolvidos com essa prática são jovens, havendo grafiteiros do sexo masculino e do sexo feminino³, embora a predominância seja do masculino. Essa constatação sugere que, no mundo do grafite, se reproduzem tendências de predominância do masculino, da mesma forma que ocorre no tecido social em que o universo público é prioritariamente ocupado pelo homem.

Vinculado(a)s a grupos nos quais se inscrevem, durante a grafiteagem, ao lado da sua assinatura – *tag*, o(a) grafiteiro(a) acrescenta a sigla⁴ da “tribo urbana” – *crew* – a que pertence. Essa sigla, na maioria das vezes, remete para a zona da cidade ou o bairro de onde esses grupos são oriundos. Por exemplo, UZS (União Zona Sul) e PPZ (Pichadores Psicopatas do Zepa⁵). Há também siglas que são compostas pelas primeiras letras das torcidas de futebol dos times desta cidade, (Treze Futebol Clube e Campinense Futebol Clube), respectivamente, TJG e TFJ (Torcida Jovem do Galo e Torcida Facção Jovem).

Cada grupo congrega muitos membros cujos interesses e valores convergem. Segundo informação oral do grafiteiro CAOS, em reunião do dia 23/01/06, o grupo OPZ é o maior da cidade, tendo chegado a conter quase cem grafiteiros, do sexo masculino.

A idade desses sujeitos varia de 16 a 23 anos, embora a maioria deles afirme que se iniciou no grafite por volta dos 12 ou 13 anos de idade, havendo quem tenha começado aos 8 anos. A idade entre doze/treze anos corresponde, culturalmente, ao rito de passagem da infância à adolescência, período em que se ocorre o processo de iniciação. É também o momento em que o(a) grafiteiro(a) sai do círculo familiar para se integrar a um grupo e começar um novo aprendizado.

Seguindo diferentes motivações para sua inserção na prática do grafite – o interesse pelo desenho e pela cultura *hip hop*, adrenalina, estilo, aventura, influência de outros

³ Informação oral dada pelos grafiteiros, em reunião do dia 23/01/06.

⁴ Durante nossa pesquisa, identificamos 41 siglas de grupos de grafiteiro(a)s em Campina Grande.

⁵ ZEPA é a abreviatura do bairro José Pinheiro, da cidade de Campina Grande.

grafiteiros, desejo de lutar contra os problemas sociais, por exemplo – esses grupos, oriundos das periferias dos centros urbanos, pretendem quebrar barreiras e preconceitos sociais contra formas alternativas de viver e de se expressar, conscientizar, protestar, interferir na paisagem urbana, expressar sentimentos, ter visibilidade, dar sinal de vida, criar polêmica, fazer parte da identidade do grupo. Como atores juvenis, ele(a)s deixam marcada sua experiência no processo histórico da contemporaneidade, veiculando um discurso que reinsere, no cenário social, a periferia e os desafios que ela enfrenta, e dessa forma, dá visibilidade às experiências periféricas.

Suas produções, inspiradas nos ideais do movimento *hip hop*, do qual o grafite é parte integrante, surgem como vozes que se manifestam, anonimamente ou sob pseudônimos, nos muros, como uma forma de denúncia, de protesto, de contestação, evidenciando um contexto social caracterizado por problemas econômicos, pela violência e pela falta de oportunidades também para a juventude.

A agência desses sujeitos desafia o poder estabelecido, por se tratar de um “comportamento desviante” que ameaça o padrão de legalidade delimitado pelo sistema, o que favorece, conseqüentemente, a criação de ‘muros sociais’ para a contenção de tais manifestações. Tanto o teor ilegal atribuído ao grafite, quanto a ousadia dos sujeitos em imprimi-lo em locais proibidos caracterizam-no como uma prática marginalizada. Por mais que se tente contê-lo, sua produção ultrapassa limites e burla a disciplina, subversivamente.

Por esse motivo, o grafite vê dificultada sua inscrição na sociedade, como uma manifestação cultural nítida no espaço urbano, como elemento de um processo histórico-social inserido na produção social geral, com seus efeitos, relações de poder, reconhecimentos, posições ideológicas, constituição de identidades, etc.

É oportuno lembrar que na sociedade, as relações são hierarquizadas, são relações de força que se sustentam no poder dos diferentes lugares de onde partem os discursos. Assim sendo, as práticas discursiva e social do grafite, consideradas hierarquicamente menores, na visão do poder estabelecido, se investem de uma atitude contra-hegemônica, na tentativa de também encontrar seu espaço nessa conjuntura.

Por outro lado, realiza-se também uma disputa entre diferentes facções de grafiteiro(a)s, pela ocupação do “território” urbano, na qual se estabelecem desafios e superação de limites para os grupos que dela participam. Esse conflito se evidencia, por exemplo, na delimitação da meta: PICHAR NO PICO (lema do grupo de grafiteiros campinenses – PPZ – Pichadores Psicopatas do Zepa), determinando que o grafiteiro que o

fizer, ou seja, que conseguir deixar sua marca nos espaços de mais difícil acesso, será, por esse motivo, considerado o mais poderoso e assumirá a liderança.

De uma forma ou de outra, podemos perceber que o agenciamento desses sujeitos é impulsionado por questões políticas, estejam elas direcionadas ao Sistema ou a grupos rivais.

Em Campina Grande, a agência do(a)s grafiteiro(a)s metamorfoseia ambientes projetados para a ordem: muros, paredes e portões em escolas, em órgãos governamentais, em áreas de lazer, em oficinas, em estabelecimentos comerciais, enfim onde quer que os ele(a)s pretendam deixar sua marca. Assim sendo, é no espaço urbano que o grafite se constitui e se instala, tomando o muro como suporte para a expressividade de sua relação com o processo interativo que se desenvolve na sociedade.

Agindo antagonicamente às estruturas posicionadoras, contrapondo-se à regulação social, no discurso e para além do recortes discursivos, os grupos de grafiteiro(a)s denunciam sua visão de mundo, mostrando que o seu sistema de conhecimento e de crenças é fortemente influenciado pela prática social, da qual a prática discursiva é uma instância. O sistema cognitivo que direciona o discurso do(a) grafiteiro(a) se constrói, pois, pela apreensão de elementos, captados nos tensionamentos que se instauram no convívio social.

Assim, utilizando a capacidade de agir crítica e criativamente, como defende a perspectiva gramsciana, ao questionarem os princípios ideológicos da dominação, através do agenciamento sócio-discursivo, os grafiteiros lutam para ver os efeitos da sua ação como uma conquista na luta pela hegemonia. Dessa forma, ativando sua “consciência afetiva e moral”, esse(a)s jovens expõem, nos muros, conceitos e valores, revelam seu sentimento de pertença a um grupo, mas também trazem à tona o pano de fundo das relações contraditórias, que se efetivam entre eles e a institucionalidade, contra as quais investem toda uma prática de agenciamento na construção da realidade histórica.

No item a seguir, trataremos do diálogo entre as contribuições teórico-metodológicas trazidas por E. P. Thompson e as manifestações discursivas do grafite de muro.

V. O DIÁLOGO DA EXPERIÊNCIA DO(A)S GRAFITEIRO(A)S COM O CONTEXTO HISTÓRICO CONTEMPORÂNEO

Conforme pudemos perceber no item anterior, a experiência dinamiza sentimentos, conceitos e valores, nas distintas práticas em que os sujeitos se inserem, o que também ocorre nas práticas sócio-discursivas do grafite de muro em Campina Grande – PB, através das quais o(a) grafiteiro(a) representa muito das experiências vividas nesta cidade e da influência urbana em suas produções.

Por sua condição de subalternidade, e por se sentirem sufocados pelas determinações estruturais excludentes, esses atores assumem uma postura pró-ativa, afrontam a institucionalidade, não se importando com o risco a que se expõem. Alguns exemplos das manifestações escritas do grafite⁶, nos muros desta cidade, são suficientes para que possamos observar que o discurso veiculado por esse(a)s jovens expressa os conceitos e valores apreendidos por eles na materialidade do processo sócio-histórico: **A épica luta do Black Ciço X sistema. / Foda-se o sistema. / Liberdade de expressão. / Criar sem pedir licença um mundo de liberdade. / PM o pior marginal. / É nós na fita e os playboy no dvd. / Proibido pichar ou pixar? / Reação da periferia. / Se apagar, eu volto. / Esta porra quem comanda é a zona leste. / Pichar é fácil, difícil é ser pichado. / Respeito é pra quem tem. / Até quando? Descaso total, subdesenvolvimento, mão de obra barata, coronelismo vivo (Nordeste). / Não se venda, vote nulo. / Nem PM, nem MP, quem comanda é a OPZ. / Desordem e regresso, porém pátria amada. / Poucos com muito, muitos sem nada. / Só picho ônibus porque papai trabalha limpando.**

Como todo evento discursivo mantém intrínseca relação com o contexto histórico e social que o envolve, e como a natureza da prática social influencia a prática discursiva que, por sua vez, produz efeitos sobre a prática social, tais exemplos são significativos, por revelarem os tensionamentos que constroem a consciência moral e afetiva desses sujeitos na convivência grafite-sociedade. Por isso, suas práticas expressam uma subversão ao padrão que a estrutura delimita para eles. Por invadirem, incomodarem, desafiarem, tornam-se, cada vez mais, alvo do olhar vigilante e controlador da Legislação.

Embora a Lei Ambiental Brasileira, número 9.605, estabeleça que o grafite é um crime contra o meio ambiente, isso não intimida a prática do(a)s grafiteiro(a)s que perseveram na ousadia. Por mais que tentem contê-lo(a)s, ele(a)s burlam o controle, subversivamente, desenvolvendo ações “relativamente autônomas” sobre uma situação determinada, conforme afirma Thompson. O potencial semântico-ideológico constitutivo de suas manifestações comprova serem elas efeito da complexidade do processo sócio-histórico da contemporaneidade, e demonstram que o sujeito “manipula” a experiência, “desafia a previsão e foge a qualquer definição estreita de determinação”.

⁶ Esses exemplos fazem parte do corpus analítico a pesquisa: DUARTE, Angelina. “**Se essa rua fosse minha, eu mandava grafitar!!!**”: a construção discursiva do grafite de muro em Campina Grande – PB. Dissertação de conclusão do curso de Mestrado Interdisciplinar em Ciências da Sociedade. Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2006.

Nesse panorama, o discurso do grafite sugere a existência de uma luta para se articular com a sociedade, a fim de que seus conceitos e valores possam ter validade perante o discurso dominante. Por isso, a “capacidade diretiva” desse grupo, questionando a organização social dominante e seus mecanismos de legitimação, traz à tona as tendências de crise e certas incertezas da contemporaneidade. Esse discurso, pois, ao materializar na linguagem elementos pertinentes aos conflitos sociais, revela ter sua gênese numa matriz social ligada à condição subalterna que caracteriza os que fogem ao padrão hegemônico. E essa condição expõe a contradição. É a vivência que impulsiona a prática discursiva para a transformação das relações sociais, tanto no âmbito mais restrito quanto na sociedade como um todo.

Exemplo disso é o discurso oral do(a)s grafiteiro(a)s sobre a prática da cultura de rua, sob o qual estão subentendidas nuances desses conflitos: **Pratico o grafite pelo motivo de mostrar a cultura e a arte acima de tudo para uma sociedade que nos discrimina. Ainda rola muito preconceito.** (Sagaz) / **A desvantagem em praticar grafite é que pode rodar, ser preso.** (Slap) / **Precisamos expor sentimentos da sociedade a ela.** (Ghost) / **A desvantagem em praticar grafite é o preconceito das pessoas** (Lua) / **O que me levou a fazer grafite foi estilo, adrenalina.** (Crash) / **Grafite é liberdade, expressão, subversão.** (Zeca) / **As desvantagens partem do preconceito de ser confundido com vândalo.** (Brown).

Esses mesmos tensionamentos, inscritos na consciência e cultura do(a)s grafiteiro(a)s, surgem nas escritas nos muros, cujo planejamento estratégico demonstra que as escolhas desses atores direcionam-se por propósitos subjetivos, políticos e ideológicos, predominantemente contestatórios e subversivos às relações assimétricas e valores legitimados pela ideologia dominante. Nesse ponto, é oportuno lembrar a utilização gramsciana do termo hegemonia para referir-se às estratégias das classes subalternas, como um planejamento estratégico-tático que favoreça sua ação política e social e a conquista do poder.

Assim, o grafite revela o desejo de legitimação de sua prática, pelo agenciamento desses sujeitos na construção da realidade histórica, inserida na produção social geral, com seus efeitos, relações de poder, reconhecimentos, posições ideológicas, constituição de identidades, o que já tem apresentado resultados, uma vez que as tendências do grafite têm sido cooptadas nas mais diversas esferas, sobretudo pela mídia.

Segundo Kellner (2001, p. 10), a mídia como forte representante da cultura de consumo, observa a reação do público às tendências radicais contestadoras, cooptando algumas delas, em especial as mais vendáveis, para inseri-las nos espaços hegemônicos.

Exemplo disso é a matéria jornalística da Folha de S. Paulo, “Grafite deixa gueto, seduz a classe média e vira moda” que traz um resumo de eventos, espaços e objetos nos quais o grafite assume papel de destaque, sendo citados entre eles o *lounge* da Motorola, na São Paulo *Fashion Week*; a exposição do artista Paulo Ito, na Grafiteria – galeria de São Paulo dedicada exclusivamente ao grafite –; o grafite genuinamente brasileiro transformado em atração turística em castelo escocês; o desfile de modelos de grife usando tênis grafitados, na SPFW; a grafitagem nas embalagens da linha de perfumes do Boticário destinada ao público jovem; como também a procura por grafites no interior das residências (TÓFOLI, 2007).

Constatamos, pois, que a experiência desses atores impulsiona mudanças na processualidade histórica, porque, mesmo diante das determinações estruturais, o sujeito encontra espaços fronteiriços para suas escolhas e ações. Dessa forma, o grafite desarticula ordens de discurso hegemônico, “rearticulando novas ordens de discurso, novas hegemonias discursivas” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 128).

Dessa forma, o(a)s grafiteiro(a)s, dialogando com o contexto urbano contemporâneo, fluindo entre protesto e negociação, escrevem nos muros sua experiência, expressam seus sentimentos, conceitos e valores, revelando que, nos interstícios de sua prática sócio-discursiva, instaura-se uma perspectiva crítica em relação a muitas questões vivenciadas por ele(a)s na materialidade social.

V. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do ponto de vista de E. P. Thompson, a partir da experiência vivenciada na realidade material e cultural, para a qual foram devolvidos “homens e mulheres” reais, esses atores assumem a agência social, podendo reproduzir padrões dominantes, mas também podendo refutá-los ou dar a eles uma nova formatação. Assim, devolvidos ao processo histórico, conforme propõe Thompson, criam seu espaço de diferenciação, estabelecem um meio de participação na história, reagindo às determinações estruturais, mas, ao mesmo tempo, se articulando, na medida do possível, aos propósitos da cooptação, para registrar sua experiência nesse cenário plural e dialógico.

As contribuições teórico-metodológicas desse historiador, portanto, nos auxiliaram, sobremaneira, nas reflexões sobre o agenciamento sócio-discursivo do(a)s grafiteiro(a)s, uma vez que, a partir delas, pudemos constatar a relevância dessa perspectiva para a compreensão da vida, do sujeito, da sociedade, da política e de toda a dinâmica que envolve o processo sócio-histórico. A partir delas, pudemos identificar essa relação dialética entre estrutura e

agenciamento humano, como também resgatar a historicidade e a subjetividade que permeiam a prática do grafite de muro em Campina Grande – PB.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de estado. Trad. Walter José Evangelista e Maria Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

CHAUÍ, Marilena de Sousa. **O que é ideologia?** 2 ed. rev. e ampl. São Paulo: Brasiliense, 2001. (Coleção Primeiros Passos)

DELEUZE, G. Em que se pode reconhecer o estruturalismo? In: CHÂTELET, F. (Org.). **História da Filosofia**; idéias, doutrinas. V. 8: O Século XX. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 9 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. Trad. Nelson Coutinho. 2 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

HALL; LUMLEY, Bob; MCLENNAN, Gregor. Política e Ideologia: Gramsci. In: CENTRE for Contemporary Cultural Studies da Universidade de Birmingham (org.) **Da ideologia**. Trad. Rita Lima. Rio de Janeiro: ZAHAR Editores, 1983.

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia** - Estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno. Trad. Ivone Castilho Benedetti. Bauru: EDUSC, 2001.

BRASIL. **A lei da natureza**: lei de crimes ambientais/ Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais renováveis. Brasília: IBAMA, 1998.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã** (Feurbach). Trad. J. Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Hucitec, 1998.

MÜNCH, Richard. A teoria parsoniana hoje: a busca de uma nova síntese. In: GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan (orgs.). **Teoria social hoje**. São Paulo: Ed. Unesp, 1999.

THOMPSON, Edward P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1978.

_____. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

TÓFOLI, Daniela. Grafite deixa o gueto, seduz a classe média e vira moda. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 23 jun. 2007. Caderno 5. Seção Cotidiano.